

O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA PARA A APRENDIZAGEM E AUTONOMIA DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-TEA

Data de aceite: 02/06/2023

Rociana Matias

1 | INTRODUÇÃO

RESUMO – O aprendizado dos alunos com TEA é de responsabilidade de todos que fazem parte do processo educacional. Nesse sentido, existem as redes de apoio compostas por pessoas que colaborarão no processo de ensino e aprendizagem do aluno. Assim, criar uma relação de cooperação e confiança entre a escola e a família, e que exista uma ampla comunicação entre elas é de fundamental importância para o desenvolvimento educacional. Para realização desse trabalho tivemos como objetivo compreender o papel da família e da escola para a aprendizagem e autonomia do aluno com TEA, para tanto utilizaremos pesquisa bibliográfica de estudos referente a temática. A inclusão se apoia na ideia de que somos iguais, porque diferimos uns dos outros e de que a diferença se diferencia infinitamente.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Família. Inclusão. Aprendizagem.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio no neurodesenvolvimento que se manifesta nos anos iniciais, apresentando diferentes graus e incidência. Estudos epidemiológicos mostram que 1 em cada 59 crianças, apresentam TEA. As primeiras manifestações são, geralmente, notadas pela família por volta do segundo ou terceiro ano de vida e são confirmadas pelo profissional que traçará uma terapêutica adequada.

A inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar é um debate atual que demanda a organização de várias propostas de trabalho, pelas especificidades inerentes à pessoa humana e pelas diversas barreiras existentes no contexto escolar. Ao se pensar essa inclusão é importante refletir acerca do que é incluir de fato, já que se trata de um tema polêmico do ponto de vista da prática educacional. Para isso, a escola, como instituição que legitima a

prática pedagógica e a formação de seus educandos, precisa romper com a perspectiva homogeneizadora e adotar estratégias para assegurar os direitos de aprendizagem de todos.

A Declaração de Salamanca (1994), defendem que o princípio norteador da escola deve ser o de propiciar a mesma educação a todas as crianças, atendendo às demandas delas. Nessa direção, a inclusão traz como eixo norteador a legitimação da diferença (diferentes práticas pedagógicas) em uma mesma sala de aula para que o aluno com deficiência possa acessar o objeto de conhecimento. “Acessar” aqui tem um papel crucial na legitimação da diferença em sala de aula, pois é preciso permitir ao aluno que tenha acesso a tudo, por outras vias, que eliminem as barreiras existentes.

A inclusão poderá ocorrer por meio de alternativas diversas (jogos, brincadeiras e experimentação de diferentes estratégias) que o professor precisará buscar para tratar dos conhecimentos em sala de aula, perpassando, portanto, como se disse anteriormente, pela sensibilização, criatividade e formação necessárias a esse professor.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo compreender o papel da família e da escola para a aprendizagem e autonomia do aluno com TEA, para tanto utilizaremos pesquisa bibliográfica de estudos referente a temática. A inclusão se apoia na ideia de que somos iguais, porque diferimos uns dos outros e de que a diferença se diferencia infinitamente. Em uma palavra, a escola inclusiva assegura a igualdade entre os alunos diferentes e esse posicionamento lhes garante o direito à diferença na igualdade de direito à educação.

Para a tomada de posição requer que se conheça, antes, o porquê e o para quê do processo de inclusão. Somente assim torna-se possível uma compreensão das formas que se adotam ou que se deveriam adotar na sua implementação. Em outras palavras, o que se quer dizer é que há muitas formas de inclusão, algumas desejáveis, outras não.

Portanto, a inclusão para ser bem-sucedida deve ter garantida a sua qualidade, e uma sólida cumplicidade entre todos os envolvidos com o processo que a direciona na escola, a fim de que os alunos, independentemente de suas condições, tenham garantidos sua permanência e o percurso com sucesso e satisfeitas suas necessidades básicas de aprendizagem, ressaltando-se no meio desses alunos, os que têm deficiência.

2 | DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TEA

A Constituição Federal determina que deve ser garantido a todos os educandos o direito de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, de acordo com a capacidade de cada um (art. 208, V) e que o Ensino fundamental completo é obrigatório. Por isso, é inegável que as práticas de ensino devem acolher as peculiaridades de cada aluno, independentemente de terem ou não deficiência. Mas não é isso o que as escolas tem feito e esta é a grande chave para que a educação escolar das pessoas com

deficiência intelectual possa acontecer com sucesso nas classes comuns de ensino regular.

Para atender esta demanda a escola deve promover mudanças de modo que consiga possibilitar a todos sem exceção um ensino de qualidade que respeite as diferenças e especificidades do ser humano, ou seja, na perspectiva da inclusão não é o aluno que se adapta ao ensino e sim a escola que deve promover meios para que este aluno acesse ao conhecimento.

Desta forma, para que cada espaço se organize e cumpra com o que se propõe, sem ocupar ou se sobrepor ao trabalho do outro, faz-se necessário destacar. Segundo Falconi e Silva (2002) escola (sala comum): Espaço educacional responsável pela saída da vida particular e familiar para o domínio público tem função social reguladora e formativa para os alunos. Por exemplo: embora a família possa acreditar que revidar as brigas é correto, que colocar um ovo em cima no toco chama chuva, etc... A escola cabe ensinar a compartilhar o saber, introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico, ou seja, cabe a escola socializar o saber universal.

Atendimento Educacional Especializado: Tem por objetivo ampliar o ponto de partida e de chegada do aluno em relação ao seu conhecimento. Não se atém a solucionar os obstáculos da deficiência, mas criar outras formas de interação, de acessar o conhecimento particular e pessoal. É de caráter educacional, mas ao contrário da escola que trabalha o saber universal, o AEE trabalha com o saber particular do aluno, aquilo que traz de casa, de suas convicções visando propiciar uma relação com o saber diferente do que possui ampliar sua autonomia pessoal, garantir outras formas de acesso ao conhecimento (como por exemplo, através do BRAILLE, LIBRAS, uso de tecnologia, uso de diferentes estratégias de pensamento, etc.) (FALCONI; SILVA, 2002).

Atendimento Clínico: Preocupam-se com os sintomas específicos, as patologias apresentadas em cada área, que são trabalhados de maneira a superar ou reabilitar o indivíduo nas manifestações que ocorrem. Exemplo: o fonoaudiólogo trabalhará com a dificuldade de linguagem expressiva ou receptiva, melhorando a condição da pessoa neste aspecto, o fisioterapeuta buscará, por exemplo, melhorar os movimentos perdidos (FALCONI; SILVA, 2002).

2.1 Papel da família

O diagnóstico de um transtorno do espectro do autismo é um passo fundamental para um bom plano de tratamento. Deve ser o resultado de uma avaliação minuciosa e cuidadosa, se possível, feita por equipe multiprofissional e com experiência nesse tipo de atividade. A variedade de apresentações do autismo é tão grande que não se encontram duas pessoas autistas com as mesmas dificuldades e habilidades.

O momento do diagnóstico é, geralmente, muito importante para toda a família. As famílias de pessoas com autismo recordam-se, na maioria das vezes, com detalhes, do momento em que foi revelado o problema do filho. Emoções conflitantes costumam tomar

conta dos pais nesse momento. Alguns sentem alívio por finalmente possuir um caminho para seguir.

Outros transferem para o profissional que deu a notícia toda a revolta pelo fato do filho apresentar um problema tão difícil e desafiador. Mas de modo geral, não é sem dor que se recebe o diagnóstico de autismo. É preciso que aproveitemos esse momento para mobilizar nas famílias o que têm de melhor para ajudar a criança autista que está sendo diagnosticada. Devemos acrescentar, sempre, ao diagnóstico um plano de ação detalhado, para fazer frente as dificuldades específicas da criança.

Considerando todos os aspectos que envolvem o crescimento e desenvolvimento da personalidade do ser humano, e também seu ajustamento aos diferentes âmbitos da sociedade em que vivemos, podemos afirmar que a família exerce um papel de suma importância dentro desse processo no que diz respeito à dinâmica de relacionamento e convivência.

A criança com TEA somente terá um desenvolvimento saudável a partir do compromisso de seus pais de também se desenvolverem, isto é, de assumirem postura e atitudes que conduzam também o “crescer” com a criança. Os pais sentir-se-ão obrigados a adaptar-se à condição do filho especial; entretanto, é igualmente importante que seja dada à criança oportunidade para também se adaptar a eles.

Ponderando o despreparo e as dificuldades enfrentadas pela família na qual existe um membro portador de necessidades especiais, entendemos ser de suma importância um acolhimento dos pais com o objetivo de contribuir para o processo de reestruturação familiar.

Devemos ressaltar o papel do professor nesse contexto familiar como sendo de fundamental importância, pois esse será a ponte entre o aluno e família, transmitindo confiança, segurança, dando acolhimento e, por meio de um processo gradativo, conscientizando os pais a respeito, do valor e da importância da família para o desenvolvimento psicossocial dos filhos, e em particular do filho com TEA.

2.2 Estratégia terapias

Para o tratamento de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) existem diversos tipos de condutas que visam promover o desenvolvimento em diferentes aspectos da vida. Vale ressaltar que o TEA é uma condição que afeta o neurodesenvolvimento da criança, mas não é uma doença, logo, não tem cura, e sim, tratamento.

Por esse motivo, o acompanhamento e a intervenção de uma equipe capacitada, que trabalhe em prol do autista, é fundamental para fornecer condições que propiciem o seu desenvolvimento. Tais ações devem contar não só com o apoio de uma equipe capacitada, mas também da família da criança, que acompanhará a rotina do indivíduo diariamente, sendo primordial o seu engajamento nesse processo.

As estratégias de ação implementadas para facilitar as experiências com a utilização

dos recursos de aprendizagem e da distribuição do tempo devem prever: apresentação da estimulação como brincadeira adequada aos interesses da criança: oportunidade para que ela também crie e realize suas próprias estratégias; progressividade, isto é, uma vez alcançado um nível, sirva esse de base para passar ao seguinte; facilitação da livre escolha, para a criança tomar decisões, expressar suas ideias e ir se acostumando a responsabilizar-se por seus próprios atos; aceitação da autoridade e das normas, sem que isso limite a sua liberdade de expressão e criatividade; possibilidade de serem solicitadas em um ambiente apropriado, com materiais diversos e um clima emocional adequado, por meio dos quais elas possam ter a oportunidade de desenvolver seus esquemas de ação nas diferentes áreas de seu desenvolvimento.

Falconi e Silva (2002, p. 24) destacam como estratégias:

Dar ênfase em projetos e atividades relacionadas à vida real dos alunos, trabalhando as competências e habilidades que o aluno possui; Manter uma rotina diária de trabalhos; As atividades devem ser explicadas de forma lenta e tranquila, repetindo quantas vezes forem necessárias, (a repetição e rotina de aplicação das atividades, possui grande importância no desenvolvimento, compreensão e aprendizagem de alunos com deficiência intelectual; É importante utilizar o interesse que o aluno apresenta por determinados assuntos, temas e formas de realizar as atividades, (assim é possível estar organizando e planejando adequadamente os desafios propostos aos alunos; Observar como o aluno reage e age em cada situação e atividades aplicadas, como as realiza. Estar atento auxiliá-lo, para que desenvolva uma melhor forma de Trabalho em duplas ou grupos em sala de aula; Ateliês, cantinhos, oficinas, (onde o aluno poderá estar realizando atividades diversificadas em sua própria sala de aula regular, como leitura, escrita, jogos, pesquisa, recorte, pintura, desenho, etc); Propor trabalhos e atividades que possam auxiliar o desenvolvimento de habilidades adaptativas: sociais, de comunicação, cuidados pessoais, autonomia; Utilizar diferentes recursos para produção de escrita e leitura: letras móveis, computador, lápis adaptados, jogos, etc;

Em atividades de matemática segundo Falconi e Silva (2002, p. 24) poderão ser utilizados os seguintes recursos:

Blocos lógicos, cussinerie, ábacos, calculadoras, dados, jogos, etc; Dramatizações com músicas, teatros e leituras; Adotar procedimentos pedagógicos visando à descoberta do aluno nas situações problemas; A criança deve saber quando respondeu corretamente. Se a resposta estiver incorreta deve se dizer a criança, mas faça com que esteja próxima a resposta correta; Trabalhar juntamente com o aluno a autocorreção de suas atividades; Proporcionar maior espaço de tempo entre as repetições de temas, a acumular experiências num curto espaço de tempo; Utilizar cartazes de referências e orientações:, calendário, presença, rotina, aniversário, alfabeto, números, etc; Trabalho de campo, pesquisas, atividades com práticas e vivências estimulando o conhecimento e novas ações.

Destacando as terapias, temos: a ludoterapia é a psicoterapia voltada para o tratamento psicológico de crianças. A principal ferramenta dessa abordagem é a brincadeira. É através do ato de brincar que o psicólogo tem acesso ao mundo interior da

criança e consegue ajudá-la a superar os desafios que a afligem. O terapeuta incentiva a criança a explorar os eventos da vida que podem afetar as circunstâncias atuais, fazendo esse processo no ritmo de escolha do paciente, principalmente por meio de brincadeiras. Diferente da brincadeira regular, a terapia lúdica se baseia na maneira natural de como as crianças aprendem sobre si mesmas e sobre o mundo ao seu redor e, desse modo, solucionam seus problemas.

A fonoaudiologia é uma das intervenções mais comuns, quando se fala em autismo, é a realizada pelos profissionais da fonoaudiologia, visto que, dentre as limitações típicas do autista, destacam-se os problemas de interação social. Dessa forma, através de terapias, os fonoaudiólogos têm o intuito de melhorar o desenvolvimento das aptidões para comunicação oral, escrita, voz, audição e equilíbrio. Nesse contexto, a busca por melhorias nos elementos citados é de grande valia para vencer as barreiras impostas pelo autismo, no que diz respeito à socialização da criança. Por isso, existe uma grande procura dos pais de crianças com TEA por profissionais da fonoaudiologia.

A terapia alotriótica é mais um recurso no tratamento de crianças autistas. Já temos hoje, à nossa disposição, um arsenal terapêutico mais diversificado para o tratamento de crianças autistas. Foi no sentido de acrescentar um novo recurso a este acervo que foi desenvolvido um método original que introduz a hipnose analítica, que permite trabalhar simultaneamente a mãe e a criança na sessão. A este modelo clínico deu-se o nome de aloterapia ou terapia alotriótica.

A psicoterapia tem um papel essencial nos tratamentos desses quadros e recomenda-se, principalmente, o uso de abordagem relacional, com ênfase no controle emocional, na modificação de comportamento e na resolução de problemas. As técnicas psicoterapêuticas utilizadas com autistas geralmente observam três fases.

A primeira fase envolve a superação do isolamento. Na segunda fase, o terapeuta fornecerá os limites iniciais, ajudando a criança a desenvolver seus próprios limites. Finalmente, na terceira fase, haverá a tentativa do terapeuta de compreender o conflito que ocasionou a retração.

A terapia ocupacional utiliza de intervenções comuns para ajudar crianças, jovens e adultos com deficiência em situações escolares, profissionais e sociais. Além disso, pode auxiliar na recuperação de traumas e habilidade motoras e cognitivas. Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação utilizando protocolos e procedimentos específicos de terapia ocupacional; realizar diagnósticos específicos; analisar condições dos pacientes; orientar pacientes e familiares; desenvolver programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida.

As oficinas terapêuticas têm o intuito de fortalecer os espaços comunitários de convivência, de promoção de saúde mental e de produção de redes de solidariedade, realizando encontros nas unidades de Atenção Básica ou em espaços comunitários em que se dão as atividades criativas em grupo. As oficinas podem ser uma ferramenta a

mobilizar os participantes a construírem materialmente alguma coisa, permitiria a estes também o verbalizar de suas vivências, possibilitando a construção de vínculos com os participantes ali presentes e também sua intervenção no processo de escuta e inclusão dos usuários.

A equoterapia, hipoterapia ou equitação terapêutica, é a utilização terapêutica do cavalo em um tratamento complementar de reabilitação física e mental. Esse trabalho é feito por uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais de saúde, educação e equitação.

2.3 O papel da escola na educação inclusiva

Pensar na escola inclusiva é pensar uma escola justa e democrática, que inclua a todos, sem discriminação, e a cada um, com suas diferenças, independentemente de sexo, idade, religião, origem étnica, raça, deficiência. Uma sociedade não apenas aberta e acessível a todos os grupos, mas que estimula a participação; uma sociedade que abrigue e aprecie a diversidade humana; uma sociedade cuja meta principal é oferecer oportunidades iguais para que todos desenvolvam seu potencial.

Assim, quando falamos sobre escola inclusiva, é possível perceber a diversidade de significados e de diferentes aspectos que a cerca, tornando-a uma palavra utilizada por todos, sendo tratados no senso comum sem saber o seu significado, para Mantoan (2005, p. 96):

Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas deferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência, física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com outro.

Para a Declaração de Salamanca (1994, p. 18):

O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas.

Na educação de uma autista, devemos criar afinidades e ligação, a plataforma de toda a educação e desenvolvimento futuro, está relacionada com compromisso profissional e familiar. Na escola inclusiva, todas as propostas que orientarão as atividades escolares e as intenções dos educadores relativas à inclusão estão registradas em seu Projeto Político Pedagógico/PPP. Nele, ficam estabelecidas quais redes de apoio serão necessárias para o atendimento aos alunos com TEA.

A escola deve fornecer aos seus educadores capacitação e formação continuada, fundamentais para lidar com esses alunos, bem como as adaptações e os equipamentos que forem necessários ao seu aprendizado. Reuniões entre os professores e os coordenadores pedagógicos favorecem a troca de experiências e o aprendizado.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bom acolhimento e aceitação de todas as crianças da forma como são, com todas as diferenças individuais que possam apresentar são sabidas pelo educador como fatores fundamentais para o bom desempenho do aluno na aprendizagem. Portanto, essa criança em especial não necessita ser tratada de forma diferente das demais, ou com superproteção. Precisa ser entendida como um ser único, com características próprias, e que apresenta necessidades que precisam ser entendidas e providenciadas.

As estratégias metodológicas que levam em consideração as necessidades dos educandos abrem infinitas possibilidades para que a criança que apresenta diferentes limitações tenha oportunidade de experimentar, de manipular, de vivenciar, de trocar, de se divertir, de sentir prazer em construir conhecimentos, porque só com a experimentação concreta de todas as situações de aprendizagem ela será beneficiada.

A construção de conhecimento vivo e dinâmico, sempre em movimento e transformação faz com que o aluno sinta-se como autor do seu próprio conhecimento e ajuda-o a se perceber com autonomia sobre o seu saber, valorizando autoestima e ajudando-o a descobrir-se como alguém com capacidades.

Portanto, a educação inclusiva é mais que necessária para permitir que absolutamente todos tenham pleno acesso a uma formação escolar de qualidade. Os desafios são grandes, mas as iniciativas e a dedicação dos professores fazem com que ela aconteça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** 1994, Salamanca-Espanha. FOUCAULT, Michel. Os Anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FALCONI, Eliane Regina Moreno; SILVA, Natalie Aparecida Sturaro. **Atendimento educacional especializado – AEE.** 2002. Disponível em: < file:///C:/Users/SME/Desktop/Estrategias%20de%20Trabalho%20Para%20Alunos%20Com%20Deficiencia%20Intellectual%20-%20AEE.pdf > acessado em 09 dez 2022.

MANTOAN, M^a Teresa Eglér. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. Nova Escola, maio de 2005.